

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 691 - Brasília, segunda-feira, 18 de maio de 1998

Guerra fiscal e estímulo ao emprego na pauta do Senado

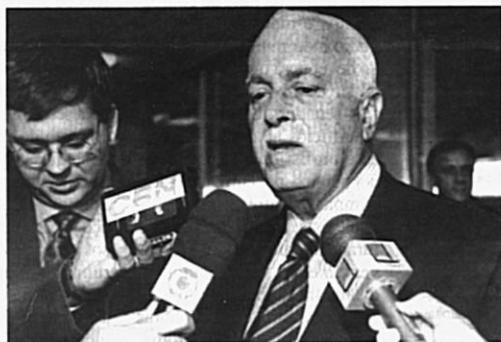
Plenário busca soluções para disputa entre estados e falta de oportunidades aos jovens

A emenda constitucional que tem como objetivo acabar com a guerra fiscal é uma das propostas em exame no plenário do Senado na quarta-feira. Com ela, podem ser estabelecidas regras uniformes dos benefícios fiscais destinados a atrair investimentos. Outra matéria na pauta é o projeto que cria incentivos tributários às empresas que oferecerem o primeiro emprego a jovens de 14 a 18 anos. Devem ser votadas também emendas dos deputados à proposta do Senado que inclui o Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Sudene. Está na pauta, ainda, a criação de comissões temporárias para estudar a reforma tributária e as causas do desemprego. **Página 3**



Plenário delibera também sobre propostas de se criarem comissões para o desemprego e a reforma tributária

SERVIÇO CIVIL



Antonio Carlos: emenda terá tramitação rápida no Senado

“Emenda segue tendência mundial”

O senador Antonio Carlos Magalhães apontou o encaminhamento de jovens para o serviço civil como uma tendência mundial “que combina com a redução dos contingentes militares”. Essa alternativa ao serviço militar tradicional também cria a possibilidade de o país absorver em regime de emprego temporário milhares

de pessoas, como destacou Antonio Carlos, autor da proposta aprovada pelo Senado na semana passada. O senador, que ocupa interinamente o cargo de presidente da República desde sábado, afirmou que sua passagem pela chefia do Executivo deverá ser discreta, respeitando as diretrizes do titular. **Página 5**

Palmeira cobra medidas duradouras contra seca

Ao lembrar que 89% de toda a água disponível nas regiões desérticas do Oriente Médio é dessalinizada, o senador Guilherme Palmeira defendeu essa técnica como uma das destinadas a combater a seca do Nordeste. **Pág. 7**

Combustível renovável pode ter incentivo

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura examina amanhã, a partir das 10h, projeto que prevê a substituição gradual da frota oficial de veículos por carros movidos a combustíveis renováveis. **Página 3**



CAE vota alteração no Estatuto da Terra

A Comissão de Assuntos Econômicos (foto) vota amanhã substitutivo a projeto que estabelece limites para o custo das parcelas rurais alienadas em projetos oficiais de colonização. O objetivo é evitar a inadimplência dos colonos. **Pág. 3**

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Antonio Carlos Magalhães
PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DA SEMANA
PLENÁRIO

Terça-feira (19.5.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 9/98, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 34/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até quatrocentos e quarenta e dois milhões e cem mil francos franceses junto ao Banque de Paris et de Pays Bas - Paribas, destinada ao financiamento dos débitos da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, referentes à construção da Usina Termelétrica de Candioti III - Unidade I; "Requerimento nº 269/98, do senador José Ignacio Ferreira solicitando a retirada do PLS nº 69/97, de sua autoria, que regulamenta a experimentação técnico-científica na área de engenharia genética, visando os procedimentos que visem à duplicação do genoma humano com a finalidade de obtenção de clones de embriões e seres humanos; e discussão em turno único da redação final do "Projeto de Resolução nº 33/98, que autoriza o Estado do Paraná a emitir, mediante ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Paraná - LFTPR, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária vencível no primeiro semestre de 1998.

Quarta-feira (20.5.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Violação em primeiro turno da "PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; "Requerimento nº 988/97, do senador Beni Veiros solicitando que, sobre a Emenda da Câmara ao PLS nº 146/92, que dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - Sudene, seja ouvida a CCJ; discussão em turno único do "PLS nº 146/92, que dispõe sobre a inclusão do Vale do Jequitinhonha do estado de Minas Gerais na área de atuação da Sudene; discussão em turno único do "PLS nº 142/95, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - PEPE; discussão em turno único do "PLS nº 143/95, que concede incentivo tributário ao empregador participante do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - PEPE; discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 28/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de refinanciamento de sua dívida, consubstanciada no contrato de confissão, promessa de assunção, consolidação e refinanciamento de dívidas, celebrado com a União, em 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; "Requerimento nº 153/98, do senador Pedro Simon solicitando a criação de uma Comissão Interna, composta por onze membros, para no prazo de 120 dias, estudar as causas do desemprego e do subemprego no Brasil; "Requerimento nº 160/98, do senador licenciado Waldeck Ometas solicitando a criação de Comissão Especial Temporária, com a finalidade de promover estudos tendo em vista o exame de proposta de Reforma Tributária, a ser integrada por onze senadores titulares e onze suplentes, tendo prazo de funcionamento até 15 de dezembro de 1998; "Requerimento nº 323/98, do senador Sérgio Machado solicitando a criação de Comissão Temporária para acompanhar as ações emergenciais e elaborar um plano de medidas permanentes a serem adotadas junto às áreas atingidas pelas secas no Nordeste; "Requerimento nº 297/98, do senador Ney Suassuna solicitando a criação de uma Comissão Especial, composta de cinco membros para, no prazo de 30 dias, inspecionar, in loco, a distribuição de cestas básicas e de água, bem como o cadastramento, alistamento e a operacionalização das frentes de trabalho na Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Alagoas e Bahia; "Requerimento nº 268/98, do senador Djalma Falcão solicitando a constituição de uma Comissão Externa do Senado, composta de nove membros titulares e igual número de suplentes, para em 90 dias, promover uma verificação in loco dos efeitos produ-

zidos pela atual seca que assola o Nordeste do Brasil; "Parecer nº 217/98, o presidente da República submete à aprovação do Senado o nome de Carlos Alberto Marques Soares para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; "Mensagem nº 106/98, o Presidente da República submete o nome de Marcus Camacho de Vincenzi, para a função de embaixador do Brasil na Colômbia; e "Mensagem nº 126/98, o presidente da República submete o nome de Marco Cesar Meira Naslauskys, para a função de embaixador do Brasil na Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem de Malta.

Quinta-feira (21.5.98)

Pauta: Primeiro dia de discussão da "PEC nº 28/96, que inclui entre os direitos sociais, o direito à moradia; primeiro dia de discussão da "PEC nº 32/96, que dispõe sobre o serviço civil obrigatório; discussão em turno único do Projeto de Resolução nº 29/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banque Nationale de Paris - BNP, no valor equivalente a 7 milhões de dólares de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Banco de Testes para Desenvolvimento de Propulsores de Satélites, e discussão em turno único do "Projeto de Resolução nº 30/98, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor de 51 milhões de dólares, junto ao Peene Werft GmbH.

COMISSÕES

Terça-feira (19.5.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

1ª parte

Pauta: Eleição do presidente da comissão

2ª parte

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em Projetos de Colonização Oficial; "PLS nº 292/95, que dispõe sobre a aplicação das receitas provenientes das privatizações; "PLS nº 9/97, que dispõe sobre as transferências financeiras destinadas à manutenção das câmaras de vereadores pelas prefeituras municipais; "PLS nº 231/95, que veda ao Poder Executivo a fixação de cotas de importação para as Áreas de Livre Comércio; "PLS nº 31/98, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; e "PLS nº 15/97, que extingue os créditos do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS oriundos de contribuições sociais devidas pelos municípios, até 31 de dezembro de 1992.

Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: "PLC nº 74/97, que dispõe sobre a substituição gradual da frota oficial de veículos. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

Quarta-feira (20.5.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Lançamento da publicação *Operação Mãos Limpas*, elaborada pelo senador Pedro Simon. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PEC nº 52/95, que suprime dispositivo constitucional que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; "PEC nº 11/96, que altera o parágrafo 5º do art. 166 da Constituição Federal; "PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - Factoring; "PLS nº 103/96, que dispõe sobre os registros públicos; "PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do imposto sobre a renda dos detentores de cargo eletivo ou diretivo na administração pública; "PLS nº 81/95, que dispõe sobre as sociedades cooperativas; e "PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores. Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa

ESPECIAL

Terça-feira (19.5.98 a 20.5.98)

9h às 18h30 - Exposição do artista Thales de Castro

Maia - Salão Negro

Quarta-feira (20.5.98)

Cultura ao Meio-Dia
Fime: Como Ser Solteiro, de Rosane Swartman. Auditório Patrônio Portella



Benedita fez as críticas ao lembrar o Dia do Enfermeiro

Benedita aponta descaso do governo com a população

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) lamentou a sucessão de escândalos na área da Saúde, que, na sua opinião, revela o descaso do governo federal - que chamou de "desgoverno liberal" - com a população.

A senadora fez essa reflexão ao lembrar a passagem, no último dia 12, do Dia do Enfermeiro, "esse abnegado que, imponente diante da falta de equipamentos e material, faz o que pode, indo muitas vezes além do dever para proporcionar um pouco de alívio aos doentes".

A senadora considerou que "sacrifícios ainda maiores faz esse profissional se for servidor público, por enfrentar o descompasso entre a inflação - que existe, apesar da conversa furada de que acabou - e seus vencimentos, congelados há quatro anos, obrigando-o a fazer bicos, atravessando horas seguidas acordado, comprometendo seu desempenho, sua saúde e a dos pacientes".

- Sobre o Dia do Enfermeiro, gostaria de lembrar que o grande enfermo é o próprio Brasil, que, à semelhança da frase de um ditador de triste memória, tem sua economia indo bem, embora com o povo indo mal - disse.

Benedita da Silva lembrou casos como os dos pacientes de

hemodiálise de Caruaru e dos idosos internados na Clínica Santa Genevieve. "assassinados em massa em autênticos genocídios que fazem lembrar o destino dos prisioneiros dos campos de concentração nazistas", disse.

"Como mulher e mãe", revelou sua revolta com as mortes de recém-nascidos em maternidades de Rondônia, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco, "sem a mínima assistência médica".

Outro aspecto da situação da Saúde no Brasil levantado pela senadora foi o recrudescimento de doenças infecto-contagiosas que, já controladas, na sua opinião, exigiam apenas manutenção das

ações preventivas, "que nossos gênios econômicos acharam por bem suspender". Benedita citou doenças como a dengue, inclusive hemorrágica, hepatite, malária, tuberculose, febre amarela e sarampo.

- Não tenhamos dúvidas de que, com o permanente contingenciamento das verbas da Saúde exercido pelos cães de guarda do Plano Real, esses números só tendem a piorar nos próximos anos. Teremos um país sem inflação, talvez, mas certamente sem povo - afirmou.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes

Lúcio Coelho - Joel de Holanda - Mariuzo Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando

Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editor-Chefe - Djalba Lima

Editores - Marcos Magalhães, Mariuzo Vaz, Sylvio Gue-

des, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e

Osmar Miranda

Revisão - Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e

Miqueas Dantas de Moraes

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone:

0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Com parecer favorável da Comissão de Justiça, proposta atribui ao Senado poder para definir condições que deverão ser observadas pelos estados ao conceder incentivos fiscais em busca de investimentos

Plenário vota na quarta emenda contra guerra fiscal

O plenário do Senado votará nesta quarta-feira proposta de emenda constitucional de iniciativa do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA) que objetiva dar um fim à chamada guerra fiscal entre os estados – a concessão de incentivos e outros benefícios para atração de empresas. A emenda autoriza os senadores a votarem resolução contendo as condições para que os estados ofereçam tais incentivos.

Discutida durante meses na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a proposta acrescenta um inciso ao artigo 155 da Constituição, prevendo que a futura resolução do Senado estipulará as situações em que os estados poderão conceder anistia, isenção, remissão, moratória, crédito presumido, devolução de tributos ou qual-



Plenário deve votar também projeto que incentiva empresas a contratarem jovens

quer outra espécie de benefício em favor de alguma empresa. A matéria recebeu parecer favorável do relator na CCJ, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Também na sessão desta quarta-feira, o plenário discutirá projeto do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que cria programa de incentivos tributários

às empresas que oferecerem o primeiro emprego a jovens de 14 a 18 anos.

SUDENE

Também será apreciada pelo plenário, na quarta-feira, emenda dos deputados a projeto da senadora Júnia Marise (PDT-MG) que inclui a parte mineira da Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Sudene.

Na mesma sessão de quarta-feira, os senadores votarão requerimento do senador licenciado Waldeck Ornelas que cria comissão temporária do Senado para iniciar estudos sobre reforma tributária.

Estará ainda em votação, no mesmo dia, requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) para criação de uma comissão interna do Senado destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no país e fazer sugestões ao governo.

Outro requerimento a ser votado, na quarta-feira, de autoria do senador Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, cria comissão de senadores para acompanhar as ações de

emergência do governo e propor medidas para amenizar os problemas provocados pela seca no Nordeste. Outros dois requerimentos, dos senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Djalma Falcão (PMDB-AL), sugerem comissões incumbidas de um mesmo assunto – a seca nordestina.

No dia seguinte, quinta-feira, o plenário começará a discussão, para que seja votada em segundo turno a proposta de emenda constitucional que cria o serviço civil obrigatório no país, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Também será iniciada a discussão, em segundo turno, da proposta de mudança constitucional, do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que coloca a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros.

Comissão estuda incentivo a combustíveis renováveis

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura realiza reunião extraordinária amanhã, às 10h, quando será examinado projeto de lei da Câmara que trata da substituição gradual da frota oficial de veículos por carros movidos a combustíveis renováveis. Apresentado pelo deputado Flávio Derzi, o projeto objetiva a consolidação do Proálcool e a melhoria das condições ambientais, e será relatado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

No início deste mês, a Comissão de Assuntos Sociais

do Senado aprovou o projeto, acompanhando parecer favorável do senador Joel de Hollanda (PFL-PE). Alegando que a proposta tem o mérito de não causar impacto nas finanças públicas, Hollanda relacionou entre seus benefícios a geração de empregos na produção e processamento industrial da cana-de-açúcar e a diminuição da poluição nos grandes centros urbanos.

O projeto determina que qualquer aquisição, substituição ou locação de veículo leve para a frota oficial somente poderá ser realizada com carros movidos a combustíveis renováveis. Fixa em cinco anos o prazo para a substituição integral da frota oficial de veículos leves, excluindo dessa obrigatoriedade os veículos das Forças Armadas destinados ao combate, transporte de tropas e serviços em faixas de fronteira.

A proposta determina também que todos os veículos leves adquiridos por pessoas físicas com incentivos fiscais ou qualquer subvenção econômica deverão ser movidos a combustíveis renováveis.

CAE aprecia substitutivo que modifica Estatuto da Terra

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota amanhã, a partir das 10h, em turno suplementar, substitutivo a projeto de lei que estabelece limites para o custo das parcelas rurais alienadas em projetos de colonização oficial. De acordo com o autor do projeto, senador José Bianco (PFL-RO), a idéia é impedir os efeitos danosos do artigo 67 do Decreto nº 59.428/66, que regulamenta o cálculo do custo das parcelas, "em função dos investimentos necessários à implantação do núcleo". O substitutivo é baseado em parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

A modificação proposta pelo substitutivo acrescenta ao artigo 64 do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64) parágrafo com a seguinte redação: "O custo de cada parcela não excederá a 20% dos investimentos necessários à implantação do núcleo, nele se incluindo o preço pago pela desapropriação e o das valorizações resultantes



A CAE reúne-se amanhã para analisar projeto de José Bianco

das obras de infra-estrutura incorporadas no respectivo projeto e das benfeitorias específicas para cada parcela".

Em sua justificativa, o relator Jonas Pinheiro observa que o decreto "não deixa margem a que, do montante de custos, seja excluído apenas o valor das obras de caráter público, como estradas não vicinais, postes e serviços públicos". O senador acredita que a sistemática atual torna demasiado oneroso o preço a ser pago pelas parcelas, pois inclui no cálculo, além do valor de desapropriação, o das valorizações decorrentes de obras de

infra-estrutura e das benfeitorias realizadas em cada parcela, "inexistindo, portanto, margem de garantia ao adquirente no que concerne ao valor definitivo da aquisição".

— Isso talvez explique o elevado índice de inadimplência, apesar das obrigações contratuais fixadas pelo prazo de 20 anos. Não resta a menor dúvida de que o preço de cada parcela deve ser fixado de forma racional e realista, de sorte a atingir os objetivos do assentamento rural, com a fixação do homem à terra e o desenvolvimento da produção agrícola — concluiu o relator.



Tebet é relator da proposta

Entre as dez matérias apreciadas na semana passada, o plenário acolheu, por unanimidade, a proposta de criação do serviço civil obrigatório e o projeto que regulamenta os planos de saúde

Aprovadas quatro emendas à Constituição neste ano

O Senado apreciou dez matérias na semana passada, entre elas a emenda constitucional instituindo o serviço civil obrigatório, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães, aprovada em primeiro turno, e o projeto de lei que regulamenta os planos de saúde. No total, 149 matérias já foram apreciadas pelo plenário neste ano.

Com as atividades da semana passada, subiu para quatro o número de emendas constitucionais aprovadas pelo Senado em 1998. A do serviço civil obrigatório e a que considera a moradia direito social – de iniciativa do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) – aguardam votação em segundo turno, enquanto a reforma administrativa teve a redação final

aprovada na terça-feira. A emenda alterando a situação dos militares já foi promulgada.

Os senadores também aprovaram quatro requerimentos na semana passada, inclusive o de convocação do ministro da Educação, Paulo Renato, para comparecer à Casa a fim de discutir soluções para a greve dos professores universitários, de autoria dos senadores Ademar Andrade (PSB-PA) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Outro requerimento de Suplicy foi aprovado na terça-feira: determina o exame, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), do projeto de legalização do jogo. A matéria, aprovada nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), já estava pronta para entrar na

Ordem do Dia do plenário.

A semana foi movimentada nas comissões: a CAE, por exemplo, votou, entre outros projetos, o que determina a impressão de marcas de identificação nas cédulas de papel-moeda, para facilitar a identificação por deficientes visuais. A CCJ votou proposta de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) permitindo o transporte de passageiros, em veículo de carga ou misto, nos locais que não forem servidos por linha regular de ônibus. Já a CAS rejeitou projeto da Câmara estabelecendo normas para preenchimento de receitas médicas do SUS. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu aprovar moção de repúdio à realização de testes nucleares pela Índia.

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 6 de janeiro a 15 de maio de 1998)

Projetos aprovados e enviados à sanção	23
Projetos aprovados e enviados à promulgação	77
Projetos aprovados e enviados à Câmara	14
Escolha de chefes de missões diplomáticas	10
Escolha de autoridades	4
Emendas constitucionais aprovadas	2
Emendas constitucionais aprovadas em 1º turno	2
Total de matérias aprovadas	132
Propostas enviadas ao Arquivo	17
Total de matérias apreciadas	149

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO (de 11 a 15 de maio)

Projetos aprovados e enviados à sanção	3
Projetos aprovados e enviados à promulgação	5
Emenda constitucional aprovada em 1º turno	1
Total de matérias aprovadas	9
Propostas enviadas ao arquivo	1
Total de matérias apreciadas	10



CONHEÇA
O SENADO

Entre o parlamentarismo e o presidencialismo

A fórmula encontrada pelo Congresso para garantir a posse do presidente João Goulart, levada a efeito pela emenda parlamentarista, é aceita pela maioria dos parlamentares. Em discurso na tribuna do Senado, o senador Daniel Krieger afirma que, ao negar o impedimento de Jango, sugerido pelos ministros militares, o Poder Legislativo demonstra independência em relação ao Executivo.

Mas a implantação do parlamentarismo também é criticada na Câmara Alta. O senador Milton Campos, por exemplo, denuncia a perda de influência política do Senado que, de acordo com a emenda parlamentarista, não participa da formação e destituição dos ministérios, matéria atribuída exclusivamente à Câmara dos Deputados.

Por outro lado, a posse de João Goulart na Presidência



Daniel Krieger destacou a independência do Legislativo na crise de 1961

da República amplia a independência do Legislativo em relação ao Executivo. Isso porque o Senado e o Congresso Nacional passam a ser presididos por um senador, e não mais pelo vice-presidente da República, cargo inexistente sob o parlamentarismo. O primeiro a ocupar essa posição é o senador Auro de Moura An-

drade, presidente do Senado do Congresso de 1961 a 1967.

Aprovado o parlamentarismo, João Goulart inicia seu mandato em setembro de 1961 com a difícil tarefa de governar um país em crise. Três gabinetes parlamentaristas sucedem-se no poder até janeiro de 1963, quando um plebiscito determinado pelo Congresso de-

cide pelo retorno do sistema presidencialista de governo.

O restabelecimento do presidencialismo é oficializado por uma emenda que, além de revogar o sistema parlamentarista, suprime o artigo 61 da Constituição de 1946, que estabelecia que o vice-presidente da República exercia também a presidência do Senado. A su-

pressão desse artigo, sugerida pelo próprio presidente da Casa e do Congresso, Moura Andrade, garante sua permanência no cargo.

Em julho de 1963, Moura Andrade inaugura a "Hora do Congresso" no programa radiofônico então chamado "A Hora do Brasil", criado no governo Vargas, mas, até aquela data, só utilizado pelo Poder Executivo.

E no mês seguinte, o presidente do Senado cria um moderno serviço gráfico na Casa, visando dotar a Câmara Alta de autossuficiência em matéria de trabalhos gráficos. Sugerido pelo então secretário-geral da Mesa, Isaac Brown, o novo serviço passa a imprimir os avulsos de projetos de lei e a editar a Revista de Informação Legislativa, que está entre as publicações mais procuradas do Senado até hoje.

O presidente do Senado acredita que sua proposta, já aprovada na Casa em primeiro turno, permitirá melhor atendimento aos carentes e, simultaneamente, o aprendizado de um ofício pelo jovem recrutado

ACM destaca importância do serviço civil

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou, na sexta-feira, a importância e a modernidade de sua proposta de emenda constitucional que cria no Brasil o serviço civil obrigatório, como alternativa ao serviço militar.

Aprovada em primeiro turno pelo Senado, a emenda, previu Antonio Carlos, terá uma apreciação rápida em segundo turno na Casa, e depois será enviada ao exame da Câmara dos Deputados. Ele apontou o encaminhamento dos jovens para um serviço civil como "tendência mundial que combina com a redução dos contingentes militares".

Conforme o senador, após a aprovação da proposta pelo Congresso Nacional e sua promulgação, caberá ao governo federal a regulamentação desse serviço, tanto no que toca ao órgão que fará o recrutamento dos jovens quanto à definição das tarefas que desempenharão.

Antonio Carlos admitiu a hipótese de que num futuro próximo venha a ocorrer a fusão institucional do sistema de representação política das Forças Armadas. Isso porque, ao explicar que órgão ficaria encarregado do recrutamento, citou a possibilidade



ACM vê modernidade na emenda

de o "Ministério da Defesa" receber essa atribuição. Entretanto, sugeriu o uso do contingente de jovens em funções que não fiquem restritas à área de defesa, abrangendo também ações sociais, em saúde e educação, como ocorre na França e na Alemanha, por exemplo.

O fato de os jovens prestarem o serviço civil obrigatório de forma remunerada foi outro ponto destacado pelo presidente do Senado. Com isso, entende, cria-se a possibilidade de absorver, ainda que em regime de emprego temporário, milhares de pessoas em todo o país. O serviço civil do país poderá atender um duplo objetivo, avalia o senador, pois além de atender aos mais carentes, também oferecerá o aprendizado de um ofício ao jovem recrutado, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

Diretrizes de FHC orientarão interinidade

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ocupa interinamente esta semana o cargo de presidente da República. Segundo o senador, sua passagem pelo Palácio do Planalto, iniciada sábado, deverá ser discreta, respeitando as diretrizes do governo Fernando Henrique Cardoso e executando apenas os "atos formais exigidos pelo posto".

No entanto, ele deixou claro, antes de assumir, que está pronto para enfrentar qualquer outra situação que possa surgir e exija uma tomada de posição presidencial. Em

relação às especulações em torno de sua eventual entrada na chapa do presidente, como candidato a vice, Antonio Carlos fez questão de elogiar "a formação atual, integrada pelo presidente Fernando Henrique e o vice Marco Maciel". E acrescentou: "No momento, posso ser mais útil ao país no Senado".

Hoje, o presidente da República em exercício pretende assinar a medida provisória negociada com a oposição no Congresso, destinada a resolver o problema das gratificações em funções na área de ciência e tecnologia.

Miranda elogia programas do governo federal para a saúde na Amazônia

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) elogiou os programas de saúde implantados pelo governo federal na região Norte. Ele destacou o Projeto para Redução da Mortalidade Infantil (PRMI), o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs), o Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (ReforSus) e os Programas de Controle das Doenças Transmissíveis por Vetores na Região Amazônica. O pronunciamento do senador faz parte de uma série que ele denominou "Amazônias em foco", sobre temas de relevância para o estado.

O PRMI, em execução desde 1992, visa melhorar a qualidade de vida da população infantil, em áreas de baixa renda. Desdobra-se em outros programas, como o de Suplementação Alimentar Leite e Saúde, o Nacional de Imunização (PNI), o Monitoramento de Doenças Diarréicas Agudas e Ações de Sa-

neamento Básico e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (Pacs).

Para o senador, o Pacs merece atenção especial, por contar com agentes da própria comunidade, familiarizada com a realidade local. Segundo ele, isso contribui para diminuir a demanda dos hospitais, já sucateados e sobrecarregados. Já o Reforsus visa melhorar a capacidade de atendimento do SUS e promover inovações na administração do setor de saúde. Gilberto Miranda disse que o programa tenta resgatar a capacidade operacional e gerencial do SUS, a partir da recuperação física e tecnológica da rede.

Os Programas de Controle das Doenças Transmissíveis por Vetores na Região Amazônica, mantidos pela Fundação Nacional de Saúde (FNS), atuam na prevenção, assistência e controle de doenças como a malária, a febre amarela, a dengue, a esquistossomose, a doença de Chagas, a leishma-



Miranda defende prevenção

niose visceral, a oncocercose e a filariose linfática. Segundo o senador, o combate é feito com borrifação de inseticidas, vacinação, exames laboratoriais, tratamento de casos, realização de obras de saneamento, educação para a saúde e manutenção de sistemas de vigilância epidemiológica e entomológica.

— Se esse enfoque tivesse sido priorizado há mais tempo, sem dúvida muitas das doenças preveníveis, que ainda acometem milhares de cidadãos brasileiros, principalmente os das camadas mais carentes, minando, muitas vezes, irreversivelmente sua saúde, já poderiam ter sido controladas e até mesmo erradicadas em nosso país — observou.

Hollanda prevê que obras darão mais eficiência ao metrô de Recife

Em três anos, o metrô do Recife desempenhará papel de destaque entre os transportes urbanos de massa na capital pernambucana e será o segundo do país, com 34,5 quilômetros de extensão. A afirmação foi feita pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), ao salientar que, no final de março, foram assinadas pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) as ordens de serviço para o início das obras.

— Segundo os técnicos, os



Joel de Hollanda

trabalhos de infraestrutura foram divididos em cinco lotes e representam R\$ 116 milhões. Deverão ser construídos 18,5 novos quilômetros de trilhos e o número de estações passará de 17 para 28. O projeto custará R\$ 204 milhões, financiados pelo governo federal e pelo Banco

Mundial — explicou o senador. Hollanda comparou os números atuais com as projeções feitas para o ano 2001, prazo previsto para a conclusão das obras. "Hoje, o metrô do Re-

cife funciona com demanda de 43 milhões e 200 mil passageiros por ano e tem 16 quilômetros de extensão. Com a conclusão dos 18,5 quilômetros em 2001, a demanda anual de passageiros está prevista para 129 milhões e 600 mil, e a demanda diária será de 360 mil pessoas." Ele também destacou afirmação do presidente da CBTU de que as obras de ampliação do metrô, além de gerar dois mil empregos diretos na construção civil, permitirão que as populações das áreas que serão atingidas pelos trabalhos usufruam de um transporte leve, moderno, barato, confortável e não poluente.

Lauro acusa FHC de agir com autoritarismo

Ao se posicionar contrário à reeleição do presidente da República, o senador Lauro Campos (PT-DF) lembrou o livro *Autoritarismo e Acumulação*, escrito pelo próprio Fernando

coemente, o presidente esqueceu-se de que ele próprio se aposentou aos 38 anos de idade como professor, durante o regime militar, com proventos que hoje chegam a R\$ 5.400 por mês.

Lauro citou entrevista concedida pelo sociólogo Francisco de Oliveira, na semana passada, em que este afirmou que o presidente havia se transformado em um tirano. Ele também lembrou opinião do intelectual Leandro Konder, externada em 1997, que considerava que a vaidade do presidente havia ultrapassado a sua inteligência.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) contestou as opiniões dos intelectuais citados por Lauro Campos. "Eu acho que todos nós temos um pouco de vaidade em alguns momentos. Agora, chamar o presidente da República de um déspota e um tirano é, evidentemente, um absurdo", defendeu Lobão, afirmando que considerava Fernando Henrique "um democrata, um intelectual, um homem inteligente, capaz".



Lauro: contra a reeleição

Henrique Cardoso, onde ele explica que o autoritarismo brasileiro está ligado à acumulação de capital.

"Como o governo não está podendo reduzir mais ainda os salários, tem de usar uma maior dose de autoritarismo, de acordo com o método de análise feita no livro que eu citei do professor FHC", observou Lauro.

O senador disse que, ao chamar de "vagabundos" as pessoas que se aposentaram pre-

Suplicy: renda mínima é caminho para liberdade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recorreu a um economista belga, para defender seu projeto de renda mínima, sexta-feira, em plenário. Ele recomendou aos senadores presentes a leitura do livro *O que é uma sociedade justa*, do professor Philippe Van Parijs, filósofo e economista da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. O autor é um dos fundadores da rede europeia de renda básica.

Segundo Suplicy, Van Parijs parte de princípios de justiça elaborados por John Rawls, em *Uma Teoria da Justiça - princípio da igual liberdade, da diferença e de igualdade de oportunidade*.

Para melhor compreender esses fundamentos, Suplicy comparou uma sociedade desigual a um time de futebol que, de um lado, teria uns poucos craques e, de outro, os jogadores comuns. "Para alcançar o melhor resultado possível, vamos pagar uma remuneração melhor para

os craques. Mas aquele que não recebe até determinado patamar de renda tem direito a uma proporção da diferença entre aquele patamar e sua renda", explicou Suplicy.

Suplicy alertou para o risco de um aumento no nível de renda, que não pode aprisionar um número crescente de pessoas no



Suplicy teme armadilha do emprego

que foi convencionado denominar "armadilha do desemprego".

Para se alcançar a liberdade real para todos, será necessário proporcionar uma renda básica garantida a cada pessoa na sociedade, não importa a origem, a raça, a idade, o sexo, a condição civil ou sócio-econômica - concluiu.

Dados do BID, citados pelo senador, indicam que violência custa US\$ 84 bilhões anuais ao país e impede desenvolvimento

Lobão pede união para acabar com a pobreza

Ao citar números do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostrando que a violência no Brasil custa 10,5% do PIB, ou seja, 84 bilhões de dólares por ano, o senador Edison Lobão (PFL-MA) conclamou, na sexta-feira, os governos federal, estaduais e municipais a tomarem medidas, mesmo em caráter emergencial, para combater a pobreza e a desigualdade social, a seu ver as principais causas estruturais da violência.

Além desses fatores, a violência no Brasil está umbilicalmente vinculada à impunidade e ao caos da nossa organização carcerária. Rouba-se e mata-se sob a perspectiva da impunidade. Bandos de criminosos enfrentam a polícia com a vantagem das armas contrabandeadas. Milhares de mandados de prisão dormem



Lobão: impunidade é estímulo em gavetas entupidas por não poderem ser cumpridos - observou.

Para Lobão, também no campo a violência e a devastação são estimuladas pela impunidade. Conforme o senador, o próprio Eduardo Martins, presidente do Ibama, culpa os sem-terra por grande parte da devastação que ocorre hoje.

"Os ecologistas não gostam

de dizer isso, porque não é politicamente correto. No passado, era muito mais fácil bater nos grandes fazendeiros e nos madeireiros", disse Lobão, citando Martins.

O senador lembrou que o levantamento feito pelo BID mostra ser a violência a principal barreira ao desenvolvimento econômico da América Latina como um todo, custando 168 bilhões de dólares por ano.

"Em termos proporcionais, a violência na região é cinco vezes mais alta do que a do resto do mundo. Não será por acaso representar a América Latina a região de maior desigualdade social. Os estudos mostram ser a brecha educativa, também, um fator preponderante nesse quadro de pobreza e violência", enfatizou Lobão.

Senadores assinam manifesto pela paz no Oriente Médio

Preocupado com a "difícil situação" do povo palestino, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, divulgou na sexta-feira, em plenário, um manifesto pela paz no Oriente Médio.

O documento, que foi assinado por 14 senadores, reafirma a importância de se manter a paz na região e de se seguirem as resoluções do Conselho de Segurança da ONU, que asseguram os direitos nacionais e inalienáveis do povo palestino.

Autor da iniciativa, Arruda afirmou que esse é um manifesto que o Senado Federal faz em favor da paz no Oriente Médio. Ele disse que, se o Brasil postula uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, não pode ficar omissivo num momento de aflição do povo palestino, que quer apenas a criação de um Estado autônomo, conforme resolução da Assembléia Geral

das Nações Unidas, aprovada há 50 anos.

Como defensores da democracia, dos direitos humanos e outras causas nobres, deploramos o fato de que haja um povo sob ocupação militar e privado de seus direitos elementares. Autodeterminação, direito a ter seu Estado e o retorno dos refugiados a sua terra são a base dos direitos do povo palestino,



Arruda foi o autor da iniciativa

devidamente reconhecidos por várias resoluções das Nações Unidas - diz o manifesto.

Em outro parágrafo do documento, a paz é reafirmada como uma necessidade urgente do Oriente Médio. Defende ainda que todos os esforços devem ser exercidos no sentido de que o povo palestino, que permanece sob ocupação estrangeira, às vésperas do século 21, torne-se livre.

Assim, esperamos que a paz e a prosperidade prevaleçam naquela terra tão rica em cultura e berço de várias civilizações. Uma paz justa e duradoura, que assegure os direitos de todas as partes envolvidas no Oriente Médio, certamente criará um clima propício para que o potencial destes povos seja revertido em desenvolvimento e progresso - conclui o manifesto.

Senador não entende por que governo dá preferência aos açudes, que tornam insalubres as áreas que deveriam beneficiar

Dessalinização pode ajudar a evitar seca, diz Palmeira

Um trabalho de educação do povo nordestino e medidas voltadas para a captação permanente de água no sertão foram providências defendidas, na sexta-feira, pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) para acabar com o flagelo causado sazonalmente pela seca no Nordeste. O senador citou três maneiras de suprir áreas carentes: a transposição de rios, o aproveitamento de águas subterrâneas e a dessalinização da água.

Ele criticou a "escala infima" com que se utiliza o método de dessalinização com aproveitamento de águas subterrâneas no Nordeste. Lembrou que o processo é conhecido desde 1869, quando o governo inglês implantou a primeira planta de dessalinização em Aden, no Mar Vermelho, para abastecer navios a vapor.

Guilherme Palmeira destacou que, apesar disso, no Brasil, desde o início do século - com a fundação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), em 1911 -, tem sido dada preferência ao método de açudagem, "que termina tornando insalubres e inaproveitáveis as regiões que deveriam se beneficiar



Palmeira quer soluções definitivas

do sistema, pela salinização que fatalmente ocorre na maioria dos casos".

O senador lembrou seminário realizado pela Câmara dos Deputados na semana passada, quando foi divulgado que mais de 89% de toda a água disponível nas regiões desérticas do Oriente Médio é dessalinizada. Palmeira destacou também a utilização das águas do rio São Francisco e os sistemas de irrigação em áreas específicas, como Juazeiro e Petrolina.

- A questão de suprir de água e tornar habitável e aproveitável o que constitui o sertão nordestino não é, portanto, nem tarefa impossível nem um desafio invencível - frisou.

Palmeira citou a primeira-dama Ruth Cardoso, antropóloga e presidente do Con-

selho do Comunidade Solidária, para quem é preciso - antes, durante e depois da seca - dar ao povo nordestino educação e informação, além de água, para que possa sobreviver. Lembrou também frase do governador do Ceará, Tasso Jereissati: "O mal da seca é que, passada sua devastação, nos esquecemos de seus dramáticos efeitos".

- São grandes famílias sem qualquer forma de educação e quase sem nenhuma assistência. De tal sorte que, dispondo de uma renda infima que equivale à do Haiti, em termos *per capita*, quando falta a chuva, falta-lhes tudo - disse o senador.

Palmeira condenou os que estão aproveitando o desespero dos flagelados da seca para incentivar furtos e saques. Para ele, é preciso que caia sobre eles o peso da lei e da condenação de toda a sociedade brasileira.

O senador pediu ainda que as comissões técnicas do Senado transformem as medidas paliativas e emergenciais que vêm sendo adotadas "em um programa tecnicamente recomendável, politicamente viável e economicamente racional, de caráter permanente".

Suplicy festeja adoção de programa de renda mínima em São Paulo

O ato de promulgação, na Câmara Municipal de São Paulo, de um programa de renda mínima foi destacado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em plenário. "Diante da calamidade da seca no Nordeste, a renda mínima deveria ser adotada em nível federal o quanto antes", disse o senador.

A lei da renda mínima em São Paulo, baseada em projeto do vereador Arselino Tatto (PT), consiste em uma complementação do rendimento familiar de famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos e que tenham seus filhos com idade entre 0 e 14 anos matriculados em escolas ou creches públicas. Uma família com duas crianças nessa faixa, exemplificou Suplicy, teria direito a receber R\$ 85,80, ou seja, um ter-



Suplicy: União deve fazer o mesmo

ço da diferença entre o que ganha e três salários mínimos.

Suplicy criticou mais uma vez o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, "que mostrou sua insensibilidade quanto à adoção de um programa geral de renda mínima no país", ao participar de audiência na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados.

Projeto permite saque de FGTS em caso de calamidade

Foi enviado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para ser discutido e votado em caráter terminativo, projeto apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB) permitindo a movimentação de até 70% da conta vinculada do trabalhador em FGTS, para o pagamento de despesas ocasionadas pela seca,



Ney Suassuna

enchentes, vendas e desabamento parcial ou total da moradia.

A proposta, diz o senador, guarda perfeita sintonia com a natureza do FGTS, já que o fundo constitui um crédito trabalhista, resultante de poupança forçada do trabalhador, que pode socorrê-lo em situações excepcionais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

- 7h - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre o Brasil e o processo econômico de globalização
8h - Debate com o senador Lucio Alcantara (PSDB-CE) e a psicóloga Diana Alves Costa sobre a Aids
9h30 - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre o Brasil e o processo econômico de globalização
10h - Comissão de Constituição e Justiça - reapresentação da sessão do dia 13/05/98
12h15 - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre o Brasil e o processo econômico de globalização
13h15 - Debate com o senador Lucio Alcantara (PSDB-

- CE) e a psicóloga Diana Alves Costa sobre a Aids
14h30 - Sessão plenária deliberativa (reapresentação)
18h45 - Entrevista com o senador Lauro Campos (PT-DF) sobre o Brasil e o processo econômico de globalização
19h30 - Debate com o senador Lucio Alcantara (PSDB-CE) e a psicóloga Diana Alves Costa sobre a Aids
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - Sessão plenária (reapresentação)
24h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
24h40 - "Senado em Pauta"
1h - "Mulheres em Debate" - com a deputada federal Ceci Cunha e a doutora Rosaly Rullis sobre planejamento familiar
2h - "Jornal da Amazônia"

- 2h15 - "Senado em Pauta"
2h30 - "Fala Cidadão"
6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
6h40 - "Senado em Pauta"

RÁDIO SENADO

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
24h - Retransmissão da sessão plenária
3h - Música e informação até às 7h30

Palmeira quer convocar ministro para falar sobre açúcar e álcool

Requerimento apresentado pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) convoca o ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, José Botafogo Gonçalves, a prestar esclarecimentos sobre a política do governo para o açúcar e o álcool. Palmeira argumenta que o Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool, instalado em agosto do ano passado, e composto de nove ministros, não elaborou nenhuma política para o setor.

– Depois de nove meses de espera paciente, de promessas sempre adiadas, de medidas proteladas sem qualquer justificativa razoável, não me resta alternativa senão a convocação do ministro, para que ele explique à nação quando e como o governo pretende estabelecer as políticas relacionadas para o setor sucroalcooleiro, conforme determina o decreto que criou o conselho – reclamou o senador.

Para Palmeira, o setor vem sendo vítima de preconceito. Ele diz que a luta pelo Proálcool é sempre confundida com a defesa dos interesses dos usineiros devedores do Banco do Brasil. “Em 1996, depois de cinco anos seguidos de aumento de produtividade, o Brasil colheu uma safra menor do que no ano anterior. Com a renegociação das dívidas, a produtividade voltou a crescer na safra seguinte. E a safra, que no ano passado foi recorde, atingirá 80,6 milhões de toneladas, a despeito da insegurança em que vivem os produtores rurais”, avaliou o senador.

Guilherme Palmeira lembra que o setor sucroalcooleiro não pede perdão ou renegociação de dívidas, mas uma política clara. “O Brasil não é apenas o maior produtor mundial de açúcar. É também o país que, tendo desenvolvido a tecnologia do álcool, montou o maior programa de energia alternativa do mundo”, justificou.

Banco é questionado por aplicar às propostas de financiamento da Sudam as mesmas exigências feitas para projetos do Centro-Sul

Amorim critica política do BNDES para a região Norte

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) questionou os critérios adotados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para aprovação de projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). As exigências do banco, disse o senador, são iguais às feitas para projetos localizados na região Centro-Sul, “o que explica a não aprovação de projetos para Rondônia”, afirmou.

Para Amorim, a ausência de projetos para o Norte do país – como o intercâmbio permanente entre órgãos como Emater, Sebrae, Ceplac, Basa, Suframa e Sudam – dificulta a dotação de recursos para a Amazônia. Ele lastimou tam-



Amorim pede critérios diferenciados

bém a falta de treinamento para técnicos das áreas de elaboração de projetos e de acompanhamento na sua implantação.

– Como consequência desse fato, podemos destacar as aplicações bisonhas de dinheiro. O Banco da Amazônia (Basa), em 1997, deixou de

aplicar cerca de R\$ 194 milhões do Fundo Nacional do Norte (FNO), tendo o dinheiro sido devolvido ao Tesouro.

Para solucionar o problema, Amorim sugeriu ações efetivas da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), das Secretarias de Meio Ambiente e Ciência e Tecnologia, e do Ministério do Meio Ambiente, para efetivar o zoneamento econômico-ecológico da região Norte. Investimentos no setor energético, onde predomina um modelo antiquado de usinas termoeletricas a óleo diesel, e aplicações imediatas de verbas no sistema viário para escoamento de safras da região são, na sua opinião, as prioridades da Sudam no momento.



Ignácio: oportunidades iguais

Emenda fixa vagas para as mulheres nos tribunais

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) apresentou proposta de emenda constitucional estabelecendo que os tribunais superiores não podem ser integrados por mais de dois terços de magistrados do mesmo sexo. O parlamentar justificou sua iniciativa dizendo que uma sociedade moderna tem como característica fundamental a igualdade de oportunidade para todos.

Na opinião de José Ignácio, no Brasil de hoje, a mulher vem ampliando cada vez mais seu espaço de participação na vida política e administrativa nacional. O senador observa, contudo, que os tribunais superiores ainda são um reduto quase que exclusivamente masculino, “em que pese existir, atualmente, um razoável número de juristas e magistradas do sexo feminino, dotado de alto nível intelectual e de elevada qualidade moral”.

Ele argumentou também que o Brasil começa a estabelecer proporções mínimas de participantes do mesmo sexo na disputa de cargos, mencionando a Lei 9.504/97, que dispõe sobre normas para as eleições e fixa em 25% o percentual mínimo de candidatos de um mesmo sexo.

José Ignácio diz que a aprovação da sua proposta de emenda constitucional representará um grande avanço para a sociedade, “pois rompe com práticas do passado não condizentes com uma nação democrática e moderna”.

Jefferson Péres lamenta morte de Frank Sinatra

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) lamentou na sexta-feira, no plenário, a morte do cantor norte-americano Frank Sinatra. Admirador de Sinatra, o senador disse que o cantor inspirou várias gerações de jovens com sua voz, talento e canções inesquecíveis.

– O mundo amanheceu mais pobre com esse desaparecimento. Frank Sinatra foi o maior cantor popular da segunda metade deste século. Vamos viver um ano de dor e luto. Foi-se Nelson Gonçalves, deixando de luto os brasileiros, e agora Sinatra, que enluta o mundo inteiro – disse Jefferson.

Em aparte, o senador Ber-

nardo Cabral (PFL-AM) disse que o mundo não vai esquecer dessa fase que marcou o apogeu de Frank Sinatra. Lembrou que ele e Jefferson participaram, na juventude, da fundação de um fã-club em Ma-



Jefferson: “o mundo inteiro de luto”

naus, que viveu intensamente os chamados “anos dourados”. “Todos nós éramos entusiastas do Sinatra”, disse Cabral.

Jefferson lembrou que o cantor surgiu nos anos 30 a 40, e logo entrou para o seleto grupo dos grandes intérpretes, com grandes sucessos, como *My Way*, *All the Way*, *Lady's a Tramp*, *Let's Try Again* e *New York, New York*.

Emocionado ao falar do assunto, o senador encerrou seu pronunciamento lamentando que nunca pôde assistir a um show de seu ídolo ao vivo, nem mesmo quando Sinatra veio ao Brasil.

Lauro Campos analisa globalização

Existem hoje cerca de um bilhão de pessoas desempregadas no mundo. Foi o que informou o senador Lauro Campos (PT-DF), ao comen-

tar os efeitos nocivos da globalização da economia, em entrevista à TV Senado.

Lauro Campos também faz um histórico do processo eco-

nômico mundial e analisa as causas da crise dos países asiáticos no programa que vai ao ar hoje, às 7h, 9h30, 12h15 e 18h45.